

OPERAÇÃO PRAIA DO PINTO: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Marcus Paulo Silva dos Reis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

marcuspaulo1981@yahoo.com.br

O presente trabalho pretende apresentar um estudo da memória popular contida no processo de remoção da favela da Praia do Pinto. Esta favela era localizada no bairro do Leblon, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente o local da antiga favela é ocupado pelo condomínio de classe média popularmente conhecido como Selva de Pedra.

O processo em estudo ocorreu no ano de 1969 sob a égide da atuação da Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam) vinculada diretamente ao Governo Federal. A Chisam é criada com o intuito de coordenar os trabalhos de erradicação de favelas realizados pelo antigo Estado da Guanabara. A criação da Chisam é uma intervenção direta do governo federal na questão da habitação irregular na cidade do Rio de Janeiro. O principal objetivo da Chisam era erradicar totalmente as favelas da cidade até o ano de 1976¹.

A política de remoção das favelas executada pela Chisam durou efetivamente sete anos (1968 -1975), seu balanço possui números significativos. Foram destruídas aproximadamente 60 favelas, somando um total de 100.000 pessoas removidas². Dessa maneira alterando de forma significativa a estrutura urbana da cidade.

No caso específico da Favela da Praia do Pinto os números foram de 16.635 pessoas removidas. O destino principal dessas pessoas foi o conjunto habitacional de Cordovil, que se situa a aproximadamente 20 Km do centro da

¹ PERLMAN, Janice F. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.2.ed.p.242.

² BURGOS, Marcelo. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro” *In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp.25-60. p38.

cidade, sendo este provido de 2.597 apartamentos³. Não obstante, fica revelado que os moradores removidos não possuíam como destino apenas o conjunto de Cordovil, uma vez que a proporção de pessoas por apartamento seria de 6,4; uma média demasiadamente alta. Houve assim uma dispersão por outras favelas e conjuntos habitacionais.

A Chisam não foi pioneira na percepção da necessidade de remoção das favelas. A inauguração do pensamento que enxerga a favela como uma localidade a ser removida data do ano de 1937, logo após o seu reconhecimento oficial por meio do *Código de obras*⁴. Segundo tal plano de habitação urbana, fica proibido a criação de novas favelas. O que chama mais atenção no texto do *Código de obras* é o reconhecimento da favela como problema, pela primeira vez essa forma de habitação é parte constituinte de uma política pública.

A experiência pioneira de cunho remocionista foi a idealização e construção dos parques proletários ainda no período do Estado Novo. Após a percepção da favela como algo a ser eliminado, como contido no *Código de Obras* de 1937, começam a ser adotadas políticas públicas visando a contenção e erradicação das favelas⁵. Entre 1941 e 1943 foram construídos três parques proletários: um na Gávea, um no Leblon e outro no Caju. O principal mentor do projeto foi o Dr. Vitor Tavares de Moura. A Experiência de Dr. Moura advinha da remoção de 160.000 pessoas que moravam em 45.000 mocambos em Recife⁶. Os mocambos de Recife são uma forma de habitação popular muito parecido com as favelas cariocas, mas em menores proporções.

Por ser considerada uma *comunidade marginal*, as soluções dos problemas da favela sempre foram pensadas pelos grupos de classe média⁷. A participação do favelado na busca por soluções de seus problemas é sempre posta de lado, são exceções os casos em que o favelado foi ouvido.

³ Rio – Guanabara em nova dimensão – Um Balanço do governo de Negrão de Lima.

⁴ VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da favela carioca; a produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, no44, out.2000.p18

⁵ Cabe ressaltar que a percepção da necessidade de remoção sempre partiu do Estado para as favelas, nunca houve um diálogo com os moradores.

⁶ PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Rio de Janeiro: Cadernos do CENPHA 5,1969.p.59.

⁷ SILVA, Luiz Antonio Machado da. A vida política na favela. *Cadernos brasileiros*, ano 9, n. 41 mai/jun., 1967.p.35.

Em contrapartida à política remocionista, os moradores de favelas se associam e fundam as primeiras Comissões de Moradores. No ano de 1945 são criadas Comissões de Moradores das favelas Pavão/ Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia⁸. Todas criadas com o intuito de barrar a ida de seus moradores para os Parques Proletários, contrariando assim a idéia de melhoria de condições de vida em uma nova moradia não escolhida. Nesse sentido fica comprovada a idéia do surgimento do associativismo comunitário como uma reação direta ao remocionismo.

A política remocionista fortaleceu a identidade⁹ de favelado, uma vez que tal processo ocorre de maneira análoga ao surgimento do associativismo comunitário. Segundo Luiz Antônio Machado, esse auto reconhecimento do favelado como categoria social é obtido através do critério da habitação ilegal e não na pobreza ou carência¹⁰. Logo a experiência dos Parques Proletários despertou a necessidade de união dos moradores de favelas, gerando assim um resultado inesperado para o Estado e fazendo com que esse repensasse a sua atuação junto aos favelados.

Alguns fatores justificam a não implementação das remoções antes do golpe de 64. Durante o período de percepção da favela como um câncer a ser extirpado da cidade até o golpe militar de 1964, os favelados possuíam a seu favor o poder da barganha. Os favelados também votavam, suas reivindicações eram muitas das vezes aceitas, e dentre elas a mais comum era a recusa à remoção. Fica revelado assim que o favelado estava politicamente inserido na sociedade, sabia fazer uso do seu voto no universo lúdico da política. Outro fator que deve ser levado em consideração é a ausência de centralização de poder e indisponibilidade de recursos para tão dispendiosa ação¹¹.

Nesse contexto de resistência e conquistas pré-64 ocorre a fundação da FAFEG (Federação das Associações de Favelas da Guanabara) em 1963, uma organização que surgiu da necessidade de unificação da luta frente à

⁸ BURGOS, Marcelo. *Op.cit.*p.25

⁹ Para saber mais sobre a questão da identidade ver: CARDOSO, Roberto de Oliveira *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

¹⁰ SILVA, Luiz Antônio Machado da A continuidade do problema da favela. In: Oliveira, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.p.220-237.

¹¹ O custo de uma remoção era muito grande e só foi viabilizado com a criação de um agente financiador, no caso o BNH.

constante ameaça de erradicação das favelas ¹². Desde a sua criação a FAFEG marcou posição favorável à urbanização e sempre negou peremptoriamente a remoção.

Com o golpe militar o antigo desejo de erradicação das favelas nas áreas nobres da cidade pôde ser executado. Não havia mais eleições diretas, o poder estava centralizado e o principal; um dos projetos de destaque do governo era o estímulo à iniciativa privada. Dessa maneira a construção de imensos conjuntos habitacionais para os removidos se constituía uma forma de fomento para empresas privadas. O poder de execução desse projeto é concentrado nas mãos do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 com a incumbência inicial de gerenciar um programa nacional de habitação para as classes menos abastadas¹³.

Quanto ao governo estadual de Negrão de Lima está sendo dada uma especial atenção, uma vez que é presente uma grande ambigüidade em sua forma de tratar a questão da favela. A campanha de Negrão de Lima é marcada pela oposição à política remocionista do seu antecessor Carlos Lacerda (1961-1965). Contudo, é durante o seu governo (1965-1971), que ocorrem as principais remoções na cidade. Em um balanço do seu mandato¹⁴ a *Operação Praia do Pinto*, como é chamada a remoção da favela, é apresentada e descrita como um grande feito, enquanto que a opção pela urbanização não possui destaque algum, mesmo obtendo sucesso a urbanização da Favela de Brás de Pina¹⁵. Sendo assim pertinente uma análise mais profunda do governo de Negrão de Lima.

A favela tanto na atualidade quanto no passado se constituiu como um problema para o Estado em todas as suas esferas, seja pelo problema da habitação ou pela violência. Basta observarmos que a favela e sua população são alvos constantes de políticas públicas.

A remoção da Favela da Praia do Pinto foi parte integrante de um amplo processo de modernização urbana, uma vez que a remoção das favelas não foi uma conduta isolada do governo fluminense e sim parte de um processo

¹² PERLMAN, Janice E. Op. Cit. p. 246.

¹³ Idem. p. 240.

¹⁴ Rio – Guanabara em Nova Dimensão. Um balanço do governo de Negrão de Lima.

¹⁵ Para saber mais sobre a urbanização de Brás de Pina ver: SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Os movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

urbanístico modernizador mundial. Um exemplo dessa preocupação internacional com a questão da habitação popular é o caso da Vila Kennedy, construída em 1964 durante o Governo de Carlos Lacerda. Esse conjunto habitacional era destinado a moradores de favelas removidas da Zona Sul da cidade.

Os Bairros da Lagoa e do Leblon hoje são regiões de classe média alta. A remoção das favelas desses bairros fazia parte de todo um projeto de divisão sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. O Bairro da Lagoa foi tido como prioridade na atuação da Chisam. Aos pobres eram oferecidos conjuntos habitacionais em regiões longínquas e em condições precárias.

A principal metodologia de pesquisa está sendo a história oral, onde os entrevistados habitam tanto o destino oficial dos removidos (conjunto habitacional de Cordovil), quanto outras favelas da cidade (Favela da Maré). Além da fonte oral e da bibliografia disponho também de um vasto acervo impresso, como balanços do mandato de Negrão de Lima e resumos da atuação da Chisam, ambos encontrados no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Também como material de apoio disponho dos jornais da época, como o Correio da Manhã que dedicou grande atenção às remoções.

A política remocionista posta em prática no período pós-64 já era um projeto antigo das classes dirigentes do Estado da Guanabara. A conjuntura política do governo civil-militar pós-golpe criou a possibilidade da execução de tão desejado projeto urbanístico. Dessa forma o pobre perdia o seu lugar de moradia devido à crescente especulação imobiliária na Zona Sul da cidade.

Juntamente com a conjuntura interna havia todo um panorama mundial favorável à remoção. Acreditava-se que segregando o pobre e quebrando os seus laços sociais estava-se controlando o potencial sedicioso das classes subalternas. Assim a política remocionista fica exposta em toda a sua amplitude, não sendo pensada como uma medida isolada do governo fluminense.

No caso da remoção estudada, ao favelado é apenas garantido o papel de removido, como se fosse possível alguém ser retirado compulsoriamente do local de moradia sem reagir. Não obstante, existe reação, se não houvesse não haveria mais favelas na Zona Sul da cidade. Contudo, quando o processo já está em andamento a reação é muito mais difícil, ainda mais sob um governo

autoritário. Nesse sentido houve reação sim, mas devido às circunstâncias da época foi cerceada com mais facilidade.

Segundo Michael Pollack existem *conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas*¹⁶. Identificar essas conjunturas é indispensável ao acadêmico preocupado com a relevância social de sua pesquisa. Não só a comunidade acadêmica deve utilizar a pesquisa. Aglutinar os interesses acadêmico e social na mesma temática, torna o trabalho muito mais relevante.

Os documentos históricos são sempre concebidos dentro de uma estrutura política e cultural do passado. Essa estrutura é o que determina o que deve ser documentado e o que deve ser esquecido, denotando assim os seus interesses no processo de preservação do passado¹⁷.

O ofício do historiador assim como a construção da memória é marcado pela influência do presente. Sua vivência, sua experiência de vida e suas preferências atuam diretamente na sua obra. A célebre declaração de Croce exprime perfeitamente a idéia exposta acima: *Toda história é "história contemporânea"*¹⁸. A preocupação em tratar o documento tendo em vista a conjuntura de sua produção deve ser uma prática inerente ao ofício do historiador. Com a memória acontece o mesmo processo, mas com algumas pequenas diferenças devido ao grau de afetividade nela contido. De maneira semelhante à de Croce, Henry Rousso faz a seguinte consideração acerca do papel do tempo presente na memória: *Assim, a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que "não passam"*.¹⁹

A memória é apresentada como um objeto de estudo fortemente ligado à atualidade, já que é uma *representação seletiva do passado*²⁰, onde o presente e as relações sociais influenciam diretamente nessa seleção do passado. Segundo Ulpiano Bezerra: *A elaboração da memória se dá no*

¹⁶ POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 2 n. 3 1989, p. 3-15.

¹⁷ Vários autores se dedicaram a tal problemática no estudo da história, porém destaque como fundamental a obra de CARR E.H. *Que é História* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

¹⁸ Croce, B. *History The story of liberty*, tradução inglesa de 1941, p. 19.

¹⁹ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

²⁰ Idem. p94

*presente e para responder a solicitações do presente*²¹. Fica assim reafirmada a constante mutabilidade da memória, sua constante construção e reconstrução como um permanente *trabalho* sempre com a característica de inacabado²². No caso das memórias da remoção, a visão da remoção como algo positivo está sendo recorrente nas entrevistas, entretanto quando perguntados sobre a percepção desse evento na época, os entrevistados respondem que foi muito ruim. Nesse sentido podemos entender que no momento em que as redes sociais se romperam bruscamente, o morador entendeu essa medida como arbitrária, já atualmente, no momento das entrevistas, quando as redes já estão refeitas, o morador enxerga a remoção como uma benesse.

A influência das relações sociais no processo de seleção do passado revela outra característica da memória: o seu caráter coletivo²³. A memória se apresenta como um *elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros*²⁴, nesse sentido a memória é vista como parte da identidade. No caso dos moradores removidos da Praia do Pinto ocorre esse processo. Os primeiros removidos, ou seja, os que não ofereceram qualquer resistência foram alocados em sua maioria em Cordovil. Já os que ofereceram certa resistência foram alocados em diversas comunidades. Assim os moradores de Cordovil possuem a memória em comum da remoção relacionada a um processo totalmente pacífico, enquanto que os demais encaram a remoção mais como fruto do autoritarismo do governo.

Nos próximos parágrafos discorro acerca da utilização da história oral pela academia, suas vantagens e desvantagens, mas sobretudo sobre sua importância. O papel fundamental da história oral é permitir ao historiador a reconstrução do passado através do estudo da memória. Essa é fruto direto do trabalho de pessoas interessadas na perpetuação de alguma versão da história, sendo assim passível de manipulação. No presente trabalho, relatórios governamentais e jornais da época estão servindo como apoio e complemento para a história oral.

²¹ BEZERRA, Ulpiano. A história, cativa da memória. *Revista Inst. Est. Brasileiro*. n.34, pp.9-24 p.11

²² BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembrança dos velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1971. p.07.

²³ Para saber sobre memória coletiva, ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1991.

²⁴ ROUSSO, Henry Op. Cit .p.95

“A fronteira do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. Os historiadores orais podem pensar como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam. Ir procurá-la e obtê-la”²⁵.

A citação acima denota claramente a evolução da historiografia em relação às fontes de estudo. A utilização da história oral como ferramenta de análise do passado se consolida cada vez mais no campo da pesquisa historiográfica. Já são inúmeras as obras que utilizam a fonte oral como principal suporte metodológico. Segundo Paul Thompson o que ocorre na atualidade é a retomada do status da história oral, uma vez que nas sociedades pré-letradas toda história era história oral.²⁶

A história oral possui como uma de suas principais qualidades o seu caráter democrático²⁷. Ela amplia o campo de ação do historiador quando permite ao *anônimo* expor a sua versão dos fatos, ou seja, a sua lembrança de um determinado fato social já estudado ou ainda inédito. Dessa maneira, a história oral enriquece o estudo historiográfico e leva ao historiador novos horizontes e até mesmo fatos e conjecturas desconhecidas passíveis de estudo. Logo *o desafio da história oral relaciona-se, em parte, com essa finalidade social essencial da história*²⁸.

Devido à retomada do seu status, a fonte oral se torna alvo de historiadores dedicados ao estudo da metodologia de análise de fontes historiográficas. Várias são as considerações feitas por esses intelectuais à utilização das fontes orais. Nesse sentido torna-se disponível aos novos pesquisadores todo um aparato metodológico para o trabalho com as fontes orais. Facilitando e tornando o trabalho com esse tipo de fonte mais eficaz, aumentando assim sua credibilidade.

A fonte oral não conseguiu ainda alcançar o seu devido papel como fonte histórica consolidada. O tradicionalismo predominante nos dois últimos séculos ainda atribui à fonte escrita mais credibilidade. O status de fonte histórica é conferido com mais facilidade às fontes escritas em detrimento das

²⁵ Thompson, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. p 25.

²⁶ Idem. p. 46.

²⁷ Idem. p. 28.

²⁸ Idem. p. 21.

fontes orais. Dessa maneira despreza-se um pouco da “vida” na história. *As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo são mais expressivas. Elas insuflam vida na história*²⁹. Não sendo essa ausência de emotividade na fonte escrita uma deficiência, mas sim uma característica.

A análise crítica de depoimentos é fundamental no trabalho com fontes orais. A dificuldade de analisar criticamente a fonte ocorre sob a justificativa de se tratar da memória de uma pessoa e não de um livro. No seguinte parágrafo Alessandro Portelli aborda o cuidado e o compromisso necessário ao historiador quando se compromete a trabalhar com fontes orais: *Com o devido respeito às pessoas envolvidas, a autenticidade de sua tristeza e a gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas*³⁰.

Quando há possibilidade, a história oral apresenta-se para o historiador como a melhor e mais adequada maneira de se estudar a memória popular. A memória muitas vezes apresenta-se dividida entre a oficial e a popular, no caso da remoção ocorre esse processo. Os governos estadual e federal procuram disseminar a memória das remoções como uma benesse para os pobres, enquanto que muitos pobres enxergam na remoção uma arbitrariedade estatal. Dessa maneira qual seria a melhor forma de análise da memória popular se não a utilização da história oral?

Devemos entender que sempre que possível as fontes orais e escritas são complementares entre si, cada uma sendo explorada dentro das suas limitações. Ao me debruçar sobre a memória popular da remoção da Favela da Praia do Pinto tenho em mente a seguinte frase de Marc Bloch: *O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça.*³¹

Referências bibliográficas:

²⁹ Idem p. 41.

³⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996. p.106.

³¹ Bloch, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-America, 1965.

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AZEVEDO, Cecília. Essa pobre moça indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy. In KNAUSS, Paulo. *Cidade vaidosa – Imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999. p.96.
- BEZERRA, Ulpiano. A história, cativa da memória. *Revista Inst. Est. Brasileiro*. n.34, pp.9-24 p.11.
- BURGOS, Marcelo Baumann. *A utopia da comunidade; Rio das pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Loyola—PUC-Rio, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre- vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- _____. *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Diadomirim/Finep, 1994.
- _____ & AMADO(org.). *Janaína. Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1991.
- KOVARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOTTA, Márcia. “História e Memórias” In: BADARÓ, Marcelo (Org.) *História – Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro, Lab. Dimensões da História, 1998. pp.73-90.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, no.10, dezembro de 1993.
- CARDOSO, Roberto de Oliveira *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- PANDOLFI, Dulce. História e identidade: a gestão de uma rede de memória das favelas cariocas. In: *A MEMÓRIA da favela/ISER*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2004. p. 27-29. (Comunicações ISER ,nº30)

- _____, Dulce e GRYNZPAN, Mário (orgs.) *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PERLMAN, Janice F. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 2.ed.
- POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV vol. 2 n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. "Memória e Identidade Social" *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV vol. 5 n. 10, 1992, p. 200-215.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Os movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)* UFRJ, 1991. (Dissertação de mestrado).
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. *A vida política na favela. Cadernos brasileiros*, ano 9, n. 41 mai/jun., 1967.
- _____ A continuidade do problema da favela. In: Oliveira, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, FGV, 2002. p. 220-237.
- _____. & FIGUEIREDO, Ademir. *Urbanização x remoção: uma polarização recente*. V Encontro Nacional da Anpocs, 21 a 23 de outubro de 1981.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas, Centro de Memória – Unicamp, 1996.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- VALLADARES, Lúcia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. "Que favelas são essas?" *Insight Inteligência*, n. 8 ago./set./out. 1999 pp. 63-68..
- _____. "A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, outubro, 2000. pp. 5-33.

_____. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 2.ed.

_____ & Alvito, Marcos(orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV. 1998.